

# Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) nas graduações de Serviço Social no Estado do Paraná

## Digital information and communication technologies (ICT) in Social Service graduations in the State of Paraná

Antonio Sandro Schuartz\*

*Trabalharemos para uma máquina inteligente ou seremos pessoas inteligentes dirigindo uma máquina?* (LOJKINE, 2002)

**Resumo:** Este artigo traz os resultados do estudo exploratório e descritivo que teve entre seus objetivos: a) identificar o número de graduações em Serviço Social ofertadas no estado do Paraná; b) reconhecer se, nas matrizes curriculares dos cursos, há disciplinas voltadas ao ensino sobre TDIC; c) refletir sobre as possibilidades e os limites das TDIC no âmbito do Serviço Social. A primeira aproximação com a questão se deu a partir do material disponível *online*. O estudo constatou que decorreram mais de 20 anos desde a promulgação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, quando já havia sido estabelecido que, dentre as competências a serem alcançadas pelos futuros assistentes sociais em formação, estava a de dominarem os recursos de informática. Atualmente, porém, menos de 20% das graduações ofertadas no estado do Paraná possuem a temática em suas matrizes curriculares.

**Palavras-chave:** Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Serviço Social. Matrizes curriculares. Ensino das TDIC.

**Abstract:** This article presents the results of the exploratory and descriptive study that had among its objectives: a) to identify the number of graduations offered in Social Work in the State of Paraná; b) recognize whether there are disciplines related to teaching about ICT among the curricular matrices of the courses; c) reflect on the possibilities and limits of the ICT in the scope of Social Work. The first approximation with the question came from the material available online. The study pointed out that more than 20 years have passed since the promulgation of the Curricular Guidelines for Social Work courses, when it was already established that among the skills to be achieved by future social workers in training was to master computer resources. Currently, however, less than 20% of the graduations offered in the State of Paraná have this theme in their curricular matrices.

**Keywords:** Digital Information and Communication Technologies (ICT). Social service. Curricular matrices. Disciplines focused on teaching ICT.

Recebido em 29/08/2019. Aceito em 11/12/2019

---

\*Doutor em Serviço Social pela UFSC (2019); Mestre em Organizações e Desenvolvimento (FAE) 2011, graduado em Serviço social pela FCHSC (1996), professor Adjunto da UFPR – Setor Litoral. E-mail: antoniosersocial@gmail.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

## INTRODUÇÃO

As contribuições que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) podem vir a oferecer aos assistentes sociais são de grande monta. Pode-se, por exemplo, contar com editores de textos para a produção de relatórios, e com editores de planilhas para a gestão dos dados elaborados nos diferentes campos sócio-ocupacionais. Além disso, é possível organizar grupos de discussão com os usuários via plataformas sociais, localizar pessoas por meio das redes sociais, realizar reuniões por videoconferências, elaborar mapas georreferenciados sobre os territórios de atuação, acessar bancos de dados com o perfil social, econômico e demográfico da população. Tudo isso sem contar o acesso aos repositórios acadêmicos com os resultados de pesquisas e variada produção teórica.

As TDIC, portanto, podem ser consideradas recursos que subsidiam a prática profissional, racionalizando os seus processos, fomentando e facilitando a produção da informação e do conhecimento nos espaços socio-ocupacionais. Basta, para tanto, pensar nos atendimentos realizados em âmbito hospitalar, por exemplo, e substituir o “livro preto” onde se registram os detalhes dos atendimentos realizados em um plantão por um banco de dados que permite um maior ganho de tempo, tanto na realização dos registros quanto no levantamento desses dados para pesquisas e produção de conhecimento sobre a realidade local.

Entende-se que o conhecimento sobre tais recursos e o reconhecimento da sua importância para o Serviço Social devem se dar no processo de formação do profissional, ou seja, ainda ao longo de sua graduação. Percebe-se, todavia, que após transcorridos mais de 20 anos desde que os recursos de informática foram introduzidos nas Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social como competência a ser desenvolvida ao longo da graduação, e apesar dos diferentes recursos trazidos pelas TDIC ao longo desse período, ainda não se aboliu o “livro preto”. A inserção no mundo digital é um chamado a ser respondido, de acordo com os autores apresentados na revisão de literatura.

Buscando sondar se tal discussão vem compondo a matriz curricular das graduações ofertadas nas modalidades privada presencial,

pública presencial e educação a distância no estado do Paraná, realizou-se um estudo exploratório cujos resultados são aqui apresentados<sup>1</sup>. Para tanto, o artigo foi organizado em quatro seções, quais sejam: a primeira apresenta o alerta que a literatura faz quanto à necessidade de o Serviço Social apropriar-se das TDIC; a segunda expõe a concepção de tecnologia adotada neste estudo; a terceira seção apresenta os resultados da pesquisa realizada em 2016 junto aos cursos de Serviço Social ofertados no estado do Paraná; e as reflexões realizadas a partir da coleta dos dados são apresentadas na quarta seção. Por fim, encerra-se o artigo com algumas considerações sobre a pesquisa realizada.

## 1 SERVIÇO SOCIAL E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC)

A literatura no âmbito do Serviço Social, nacional e internacionalmente, tem demonstrado, ao longo das últimas duas décadas, preocupação com a relação Serviço Social x TDIC. Acredita-se que esta discussão deva ser pautada na agenda da profissão.

Colmán e Toscan (2003) mostram preocupação no tocante à formação profissional dos assistentes sociais frente a globalização e à revolução informacional. Entendem que o cenário atual, permeado pelas tecnologias de informação e comunicação, exige da universidade um urgente repensar sobre os processos de formação. Requer-se sujeitos comprometidos com o projeto ético-político do Serviço Social, mas há que prepará-los para atenderem às novas configurações que são postas no mundo do trabalho na era informacional. Exige-se, portanto, uma mudança da autopercepção que os assistentes sociais têm sobre a profissão,

[...] percepção construída em geral nas escolas, na época de sua formação. Nestas, predomina a ideia de que o Serviço Social é uma atividade de “controle ideológico e político” que permite ao profissional se colocar do lado dos trabalhadores excluídos de sua cida-

<sup>1</sup> Este artigo compõe parte do estudo exploratório de Tese de Doutorado, defendida pelo autor em 2019, no Programa e Pós-Graduação da UFSC e a qual foi orientada pelo Professor Dr. Helder Boska de Moraes Sarmiento. A pesquisa recebeu recursos da CAPES, processo número: 88881.135866/2016-01.

danía e do acesso aos seus direitos. A partir disto pode-se afirmar que na percepção que os assistentes sociais têm do que sejam seus processos de trabalhos predomina a visão discursiva, de um profissional que trabalha junto aos usuários, transmitindo ideias e informações. Desta perspectiva, as tecnologias de informação, de fato, não têm muita utilidade. (COLMÁN; TOSCAN, 2003, p. 2).

Converge-se com os autores quanto à especificidade da profissão no que diz respeito aos seus processos de trabalho, os quais se caracterizam pelo ato pedagógico de informar e possibilitar o acesso dos usuários aos seus direitos. Este ato é permeado, prioritariamente, pelo aspecto discursivo da linguagem. Cabe lembrar, todavia, que a profissão não deixa de estar ligada ao movimento concreto da realidade, pois os profissionais atendem a demandas objetivas dos usuários das políticas sociais públicas, expressas na concessão de serviços e benefícios. Atualmente, esses serviços são estruturados em programas com grande sofisticação no plano da gestão e, especialmente, no seu controle e avaliação.

Acredita-se que a profissão não deve ser vista como uma bolha, protegida, inatingível pelos processos e progressos trazidos pelas TDIC. Estas tecnologias não são “sombras” vislumbradas do interior da caverna e que configuram um mundo imaginário. Ao contrário, concretas e em constantes mudanças, trazem consigo transformações sociais e, com elas, novas demandas às diferentes profissões.

Essas alterações estão acontecendo e os profissionais do serviço social serão afetados por elas, mesmo que desconheçam as suas causas. Na sequência serão forçados a se ajustar a estes novos modelos caracterizados pela flexibilidade, rotinas programáveis, informações instantâneas, processos reversíveis, redes, etc. Se não assimilarem criticamente as tecnologias de informação, correm o risco de ver a sua profissão ser recriada ou extinta. (COLMÁN; TOSCAN, 2003, p. 2).

Para Belluomini (2013), se o avanço da Tecnologia da Informação (TI) trouxe uma grande transformação à vida privada, também o fez no âmbito profissional. A autora chama a atenção dos assistentes sociais para tal avanço. Afirma

que é necessário avaliar seu impacto na vida dos “clientes” e, também, reconhecer a divisão digital a que se está submetido, sob pena de realizar um desserviço quer àqueles a quem se atende, quer à profissão. Nas palavras da autora: “*Social workers, our time has come.*”<sup>2</sup> (BELLUOMINI, 2013, p. 1).

Para a articulista americana, a apropriação sobre o conhecimento tecnológico é uma nova competência cultural da qual não se pode fugir. Entende que profissionais que possuam maior domínio sobre recursos tecnológicos, e que os utilizem em suas práticas, devem contribuir para a apropriação de tais recursos por profissionais que ainda não detêm tal aproximação. Destaca, também, que o processo de inserção das tecnologias no seio do exercício profissional se dá de três formas: proativa, reativa ou de rejeição.

A primeira, proativa, se refere a uma postura de uso das tecnologias como suporte, não só para a busca de soluções dos diferentes problemas que cercam os usuários, mas, também, para a seleção de material de estudo, por exemplo, artigos que possam subsidiar a prática profissional.

A segunda, de reação ao uso de tecnologias no seio do exercício profissional, está atrelada ao senso crítico profissional em relação ao uso e ao risco que a TIC pode oferecer, por exemplo, aos adolescentes conectados às redes sociais.

A terceira, a rejeição aos recursos tecnológicos, se deve, segundo a autora, à ausência de uma educação sobre os benefícios derivados da ação com tais recursos. A autora destaca, todavia, que rejeição não é o mesmo que negação, que diz respeito a uma postura na qual prevalece a ideia de que tecnologia não é um assunto relacionado à prática do Serviço Social.

Em outro estudo que aborda a relação do Serviço Social com a Tecnologia da Informação, Veloso (2011, p. 146) constata:

Embora no plano do discurso haja uma tendência a valorizar este recurso, caracterizando-o como importante e necessário para o exercício profissional, o mesmo não vem sendo sistematicamente incorporado ao trabalho profissional de forma a efetivamente demonstrar a sua importância e potencialidade. Apesar de relatarem em sentido genérico

<sup>2</sup> “Assistentes sociais, nossa hora chegou.” (BELLUOMINI, 2013, p. 1, tradução livre).

uma valorização da TI, os assistentes sociais não têm conseguido concretizar a sua apropriação em termos de experiências efetivas de incorporação da tecnologia ao trabalho e, conseqüentemente, promover, a partir de tal incorporação, a potencialização de seu exercício profissional.

Entende-se que a profissão deve se apropriar das mesmas ferramentas utilizadas pelo capital, no caso as TDIC, e colocá-las a serviço da formação crítica e fortalecedora do projeto ético-político da profissão, pois

*With all the suspicious and controversies, computers continue their steady march into the realm of human services. At present, information technology is no longer a choice that social work should we like it, it has already become a given fact. For us, as social work professionals and educators, the only tasks left are how to utilize those technologies properly for our purposes.* (YOUNG, 1999, p. 36)<sup>3</sup>.

Frente a essa realidade, o autor impõe um novo posicionamento aos profissionais, sob pena de ficarem à margem da sociedade informacional:

*Social workers, to be effective (or just survive) in this age of technological revolution, need to keep learning or updating their knowledge about those new technologies. Information technologies are updated very rapidly, and the regular four-year educational model of the university cannot cover the ever changing nature of this technological development entirely.* (YOUNG, 1999, p. 36)<sup>4</sup>.

O domínio sobre as tecnologias digitais é uma demanda colocada a todos os profissionais de Serviço Social, que devem buscar acompanhar as transformações e inovações trazidas pelas

TDIC no âmbito social. Estar atento às mudanças e fazer uma leitura crítica daquilo que é oferecido – o uso, os atores envolvidos e os interesses que cercam os avanços tecnológicos – é algo inerente a uma formação comprometida socialmente. É preciso, portanto, estabelecer estratégias para a inclusão das TDIC nos processos de formação profissional, munindo os assistentes sociais de novos recursos para que se renovem a cada dia no âmbito das tecnologias que envolvem os processos técnico-operativos da profissão.

Tal inserção, entretanto, deve se dar à luz dos valores e princípios que guiam a profissão, ou seja, pelos mesmos parâmetros que regem o seu projeto ético-político<sup>5</sup>. Nesse sentido, a reflexão e a apropriação de diferentes recursos em TDIC no bojo do Serviço Social deve se dar tendo por horizonte os limites, mas também as possibilidades que tais recursos podem vir a oferecer na busca e na luta por justiça social. Nesse sentido, acredita-se que a visão de Feenberg (2013) converge com aquilo que se defende para a profissão.

<sup>5</sup> O projeto ético-político do Serviço Social é resultante de todo o processo de reflexão que se deu no seio da profissão a partir da década de 1960 e que irá culminar em uma nova visão de homem e de mundo, a qual favorecerá o compromisso da profissão com a classe trabalhadora e com uma formação capaz de descortinar os meandros da sociedade gerida pelo capital. Segundo Iamamoto (2012), esse projeto se realiza nos seus instrumentos legais. A regulamentação legal do projeto de profissão se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social (Lei nº 8.662/93) e na proposta das diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social, que asseguram direitos e deveres e representam uma autonomia profissional na condução do seu trabalho na luta por direitos. O projeto também se manifesta nas expressões coletivas da categoria, na articulação com outras entidades de Serviço Social, no trabalho profissional desenvolvido em diversos espaços ocupacionais e no ensino universitário. O Projeto se ancora em princípios e valores radicalmente humanistas, na contrarrente do clima cultural prevalecente, que são: o reconhecimento da liberdade como valor ético central; a defesa intransigente dos direitos humanos; a defesa, o aprofundamento e a consolidação da cidadania e da democracia, entendida como socialização da participação política, da cultura e da riqueza produzida; um posicionamento a favor da equidade e da justiça social; eliminação de todas as formas de preconceitos e a garantia do pluralismo e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados (IAMAMOTO, 2012). Uma maior explicitação sobre o projeto ético-político e os desafios que o cercam podem ser encontrados em: Barroco (2011), Ramos (2009), Braz (2007) e Netto (2007; 2009).

<sup>3</sup> “Com todas as suspeitas e controvérsias, os computadores continuam sua marcha firme para o domínio dos serviços humanos. No momento, a tecnologia da informação não é mais uma escolha que o assistente social deva gostar, se tornou um fato consumado. Para nós, profissionais e docentes de Assistência Social, as únicas tarefas deixadas são como utilizar aquelas tecnologias para os nossos propósitos.” (YOUNG, 1999, p. 36, tradução livre).

<sup>4</sup> “Assistentes sociais, para serem efetivos (ou somente sobreviver) nesta era de revolução tecnológica, precisam se manter estudando ou atualizando seu conhecimento sobre estas novas tecnologias. Tecnologias da informação são atualizadas rapidamente, e o modelo educacional regular de quatro anos de universidade não pode cobrir a presente mudança natural de todo desenvolvimento tecnológico.” (YOUNG, 1999, p. 36, tradução livre).

## 2 AS TDIC SOB A PERCEÇÃO DA TEORIA CRÍTICA DE FEENBERG

Ao defender a apropriação e preparação para o uso das TDIC no âmbito do Serviço Social, seja na docência, ao longo da formação ou nas atividades que permeiam o exercício profissional, entende-se que tais artefatos podem vir não só a subsidiar a ação profissional em diferentes espaços socio-ocupacionais, mas, também, contribuir para o fortalecimento da perspectiva ético-política que orienta a profissão. Deve-se, portanto, incorporá-las criticamente como recursos para a intervenção profissional, sem, contudo, estagnar na crítica.

Se, de um lado, o contínuo avanço tecnológico trouxe mudanças significativas para a vida em sociedade, como, por exemplo, o aumento de autoestradas, a descoberta do genoma humano, a fertilização *in vitro*, de outro trouxe, também, questões éticas, tais como a manipulação genética, a produção de armas químicas, a adulteração alimentar, o controle da vida social por meio das plataformas sociais, o comércio de dados pessoais na internet. Pode-se afirmar, inclusive, que a tecnologia passou a racionalizar os processos da vida cotidiana. Nesse cenário, deve-se colocá-la em suspensão e refletir sobre ela, conforme propõe Feenberg (2013, p. 52): “A filosofia da tecnologia pertence à autoconsciência de uma sociedade como a nossa. Ela nos ensina a refletir sobre o que tomamos como garantido, especificamente a modernidade racional.”

Neder (2010), ao apresentar o ciclo de conferências realizadas por Andrew Feenberg na Universidade de Brasília, em 2010, expõe que a perspectiva crítica do pensador norte-americano em relação à tecnologia é um convite à reflexão. Feenberg convida a desmitificar o avanço tecnológico como algo neutro e sem consequências para a vida em sociedade. Seu chamamento é para que a tecnologia seja pensada também a partir dos interesses comuns, e não apenas dos produtores de artefatos que hoje cercam a vida humana.

A proposta apresentada por Feenberg é a de que se busque uma reforma tecnológica. Tal propósito, certamente, exige uma reconfiguração quanto à participação da sociedade na esfera pública, bem como o apoio de instâncias que zelem pelos aspectos éticos e jurídicos relacionados ao

desenvolvimento tecnológico. O que Feenberg propõe é, na verdade, a abertura dos códigos técnicos, cujas chaves estão nas mãos daqueles que direcionam a criação e uso dos artefatos tecnológicos.

A propositura de Feenberg é inovadora no campo da Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I), pois traz para o debate a questão da assimetria de interesses que permeiam a relação estabelecida entre ator e objeto. Coloca-se, portanto, de forma subversiva, ou seja, a tecnologia deve ser utilizada e otimizada com fins que garantam a democracia, quer na elaboração, quer no uso de artefatos tecnológicos (NEDER, 2010).

Para Dagnino (2010), Andrew Feenberg seria um dos poucos, se não o único pensador que traz a vertente marxista para a área de estudos ao tratar sobre Sociedade, Ciência e Tecnologia. E, nesse sentido, busca estabelecer um diálogo com pensadores cujos estudos sobre artefatos tecnológicos se apoiam na Sociologia, bem como com pesquisadores que têm na Filosofia o escopo para suas reflexões quanto à Ciência & Tecnologia.

O pensador norte-americano convida a refletir sobre o avanço ou a transmutação da sociedade humana em uma sociedade tecnológica. Para isso, apresenta quatro perspectivas ou leituras possíveis sobre a Tecnologia. O Quadro 1, a seguir, sistematiza as interpretações correntes, segundo entendimento de Feenberg (2013):

**Quadro 1.** As quatro vertentes/perspectivas da Tecnologia

A Tecnologia é		
	Eixo A Autônoma	Eixo B Humanamente controlada
Neutra	(1) Determinismo – por exemplo: a teoria da modernização	(2) Instrumentalismo – fé liberal no progresso
Carregada de valores – meios formam um modo de vida que inclui fins	(3) Substantivismo – meios-fim ligados em sistemas	(4) Teoria Crítica – escolha de sistemas de meios-fim alternativos

Fonte: adaptado de Feenberg (2013).

Para Feenberg (2013), tais vertentes carregariam consigo as seguintes leituras sobre a tecnologia:

**Determinismo:** para esta vertente, os seres humanos não detêm controle sobre a tecnologia. São, na verdade, controlados por ela. Neste sentido, a sociedade passa a ser moldada a partir dela, e eficiência e progresso passam a ser os trilhos do desenvolvimento. As necessidades humanas seriam respondidas pela tecnologia, a qual passaria a ser um apêndice de nossos corpos e mentes, por exemplo, o carro seria uma extensão de nossos pés.

**Instrumentalismo:** sob a perspectiva do instrumentalismo coexistiriam a neutralidade e o controle sobre a tecnologia. Trata-se de uma leitura em que sobressai a visão instrumental sobre tais artefatos. A tecnologia seria, portanto, uma ferramenta com a qual a humanidade satisfaz suas necessidades. Prepondera a ideia de progresso à luz do liberalismo.

**Substantivismo:** para a vertente substantivista a tecnologia não seria unicamente um instrumento com fins utilitaristas. Ao contrário, carregaria consigo outros valores. Deixaria, portanto, de ser vista como uma ferramenta única e exclusivamente a serviço da eficiência, e estaria a serviço de novos estilos de vida.

**Teoria Crítica:** às lentes da teoria crítica, a sociedade hoje tomada pela tecnologia pode vir a ser um lugar diferente daquele em que estamos imersos. Para a Teoria Crítica, o avanço da tecnologia, seja de forma determinista ou instrumental, não residiria na tecnologia em si, mas sim na ausência de instituições capazes de manter um controle sobre ela. Um maior controle sobre a tecnologia possibilitaria ampliar a perspectiva democrática não só no *design*, mas também no desenvolvimento de diferentes artefatos.

Essa proposta pode ser ilustrada sob a perspectiva da intervenção do Serviço Social em uma unidade de saúde, por exemplo. A criação de um aplicativo que auxilie as mães a elaborar uma alimentação de baixo custo com base no aproveitamento total de alimentos, de modo a reduzir possíveis quadros de desnutrição, é algo que pode vir a ser pensado, de forma colaborativa, entre todos os envolvidos na questão: mães, enfermeiros, assistente social, médicos, técnicos de informática. A proposta constitui-se em uma forma de se apropriar da tecnologia a fim de

colocá-la a serviço dos interesses da população. Esta, por sua vez, ao utilizar tal recurso, acaba por trazer sugestões e informações que contribuiriam para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do recurso.

Na perspectiva da Teoria Crítica, Feenberg (2013) propõe a ampliação da democracia, ou seja, que ela alcance a esfera da produção tecnológica, preservando valores erigidos a partir do Iluminismo. Contrariando esses valores, a tecnologia estaria se sobrepondo à participação democrática, por exemplo, na discussão sobre o desenho de determinado artefato, como citado anteriormente.

De acordo com Dagnino (2010), ao estabelecer uma crítica às vertentes Instrumental, Determinista e Substantiva sobre a tecnologia, Feenberg (2013) estabelece um caminho novo no que tange à Ciência & Tecnologia, defendendo, assim, que o desenvolvimento de tecnologias esteja voltado à inclusão social. Desse modo, contrapõe-se a todo e qualquer caráter reducionista que venha a depositar nos avanços científico e tecnológico a solução para a exclusão social, pois entende que a Ciência & Tecnologia, tal qual se apresenta, não favorece a igualdade econômica, a justiça social e tampouco a preservação do meio ambiente.

Certamente tal empreitada não pode deixar de considerar os desafios que o progresso e a tecnologia trouxeram para a sociedade. Se, de um lado, conforme aponta Feenberg (2013), a tecnologia é moldada pela eficiência, de outro, ela não tem como determinar os valores que extrapolam tal moldura. Pode-se afirmar, portanto, que, no rastro do desenvolvimento tecnológico, a eficiência é a meta a ser alcançada pela atual sociedade. Segundo alerta o pensador americano, “É preciso atingir altura imensurável para, baixando o olhar sobre o gênero humano, não ver a diferença que há entre armas eficientes e remédios eficientes, propaganda eficiente e educação eficiente, exploração eficiente e pesquisa eficiente!” (FEENBERG, 2013, p. 63).

Convém atentar, portanto, para não ser embebido naquilo que Pinto (2005) chama de “embasbacamento tecnológico”, ou seja, no “encantamento” em relação à tecnologia, como se fosse a panaceia para todos os males que assombram a humanidade. É preciso pensar a tecnologia e otimizá-la para outros fins, incluindo

em seu *design* outros valores que não os particularistas, os quais não convergem com a perspectiva ético-política do Serviço Social. Logo, é importante preparar os futuros profissionais para a apropriação e uso das TDIC de modo a utilizá-las a serviço dos ideais da profissão.

### 3 METODOLOGIA

Apresentam-se, nesta seção, os resultados da pesquisa sobre a presença das TDIC nas matrizes curriculares das graduações em Serviço Social no estado do Paraná.

De forma a conhecer se os cursos de Serviço Social ofertados no Paraná têm inserido o ensino sobre TDIC em suas matrizes curriculares, realizou-se uma pesquisa exploratória, que “[...] se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado.” (GONSALVES, 2001, p. 65). O pinçamento dos dados se deu a partir da base e-Mec do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (BRASIL, 2016), na qual consta o cadastro das Instituições de Ensino Superior (IES), os cursos por elas oferecidos e seus respectivos endereços.

A base de dados e-Mec permite três tipos de consulta: a consulta interativa, a consulta textual e a consulta avançada. As três modalidades oferecem informações sobre as IES e seus cursos. Neste estudo utilizaram-se, especialmente, o primeiro e o terceiro tipo de consultas, com ênfase na avançada. Para obtê-las foram solicitadas ao sistema as seguintes informações: nome do curso (Serviço Social); Unidade da Federação (PR); gratuidade do curso (Sim/Não); modalidade (Presencial/A distância); grau (Bacharelado); situação (em atividade).

Para o levantamento das matrizes curriculares dos cursos de graduação ofertados no estado do Paraná realizou-se pesquisa nos *sites* das IES. Em alguns *sites* foi possível encontrar o quadro de disciplinas com as ementas, e em outros, especialmente nos cursos da modalidade Educação a Distância (EaD), encontrou-se apenas uma lista das disciplinas ofertadas. Apenas uma minoria apresenta publicamente o Projeto Político-Pedagógico do curso. Em relação aos currículos dos cursos em EaD, o levantamento

se deu com base nos que estavam disponíveis nos *sites* das mantenedoras dos cursos, e não de forma individualizada, polo a polo.

Tendo em vista o limite de informações disponíveis, o estudo ateve-se a identificar, no rol de disciplinas ofertadas pelos cursos, aquelas voltadas ao ensino de TDIC. Nesse sentido, não se considerou apenas a presença de uma disciplina exclusiva sobre TDIC no currículo, mas também, de forma ampliada, buscou-se identificar temas que estivessem correlacionados à área, como: informática, gestão da informação, sistemas de informação, banco de dados, entre outras.

#### 3.1 Sistematização da coleta

Os dados coletados no primeiro semestre de 2016 foram sistematizados nos Quadros 2 a 7, apresentados a seguir.

**Quadro 2.** Total de instituições que oferecem cursos de graduação em Serviço Social no estado do Paraná

Públicas	Privadas presenciais	EaD6	Total	%
10	28	14	52	100

Fonte: o autor (2016).

Atualmente existe, no estado do Paraná, um total de 52 Instituições de Ensino Superior (IES)<sup>7</sup>, as quais oferecem formação em Serviço Social. Na relação entre o ensino público e o privado presencial, nota-se que prepondera a oferta de cursos privados presenciais. Apesar de o número de mantenedoras de EaD, que ofertam formação em Serviço Social, ser 50% menor do que as IES privadas presenciais, os polos estão presentes em mais de 70 municípios do Estado.

**Quadro 3.** Currículos encontrados nos sites das IES

Públicas	Privadas presenciais	EaD	Total	%
10	15	12	37	71

Fonte: o autor (2016).

<sup>6</sup> São 14 mantenedoras que oferecem formação em Serviço Social no estado do Paraná. No conjunto, elas oferecem graduação em aproximadamente 155 polos, distribuídos em 77 cidades.

<sup>7</sup> Para saber mais, ver: e-Mec (BRASIL, 2016).

Foi possível acessar a matriz curricular de todas as IES públicas, entretanto, com relação às privadas presenciais, acessou-se pouco mais da metade (15). Já com relação às mantenedoras dos cursos em EaD, foi possível obter número significativo (12), que representou, no total, mais de 70% das matrizes curriculares.

**Quadro 4.** Currículos faltantes

IES	Motivos	Quant.	Total
Públicas		0	0
Privadas Presenciais	Serviço Social não consta na relação dos cursos ofertados	8	13
	Serviço Social consta na relação disponível nos <i>sites</i> , mas não há informações sobre o curso	1	
	Constam informações gerais sobre o curso, mas não sobre a matriz curricular	3	
	<i>Sub Judice</i> . Não apresenta informações sobre a matriz curricular	1	
EaD	Serviço Social não consta na relação dos cursos ofertados	1	2
	<i>Site</i> informa que o curso é oferecido na modalidade presencial	1	

Fonte: o autor (2016).

Muitas IES privadas presenciais, embora apresentassem informações gerais sobre o curso, tinham a matriz curricular indisponível, o que se deve ao fato de estar *sub judice* ou, ainda, porque apesar de constarem no e-Mec, o curso de Serviço Social não fazia parte da relação dos cursos ofertados nos sites das IES. No caso da EaD, também foi possível constatar contradições semelhantes, como cursos que constavam como autorizados no e-Mec mas que não estavam listados na relação de cursos nos sites das IES. Outra situação encontrada foi a de cursos que passaram da modalidade a distância para presencial, porém, não apresentavam matriz disponível no *site*.

**Quadro 5.** Número de cursos que oferecem disciplinas voltadas às TDIC

Nº cursos no PR	Cursos que ofertam disciplina TDIC	%
52	9	17%

Fonte: o autor (2016).

Após o estudo das matrizes curriculares, constatou-se que, do total de cursos ofertados no estado do Paraná, apenas 17% têm disciplinas específicas, cujas temáticas estão voltadas à discussão sobre as TDIC. Os dados apontam que o ensino para apropriação e uso de tais recursos é algo que não acompanhou no mesmo ritmo o desenvolvimento das TDIC ao longo das últimas décadas.

**Quadro 6.** Disciplinas ligadas às TDIC, segundo a categoria administrativa da IES

IES	Nº cursos	Disciplinas relativas às TDIC	%
Públicas	10	2	20%
Privadas Presenciais	28	7	25%
EaD	14	0	0

Fonte: o autor (2016).

Ao verificar a oferta das disciplinas, segundo a modalidade do ensino oferecido, constatou-se que apenas duas graduações públicas trazem em suas matrizes curriculares disciplinas que abordam a questão das TDIC. As IES privadas presenciais são as que mais inserem essa discussão, presente em 25% das matrizes curriculares. Já na modalidade de ensino a distância (EaD), a disciplina não foi encontrada em nenhuma das matrizes estudadas. A modalidade utiliza as TDIC para processos de formação, mas não as inclui como disciplina específica.

**Quadro 7.** O ensino sobre Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação nas matrizes curriculares dos cursos de Serviço Social no estado do Paraná

IES	Sigla	Categoria	Criação	CH/ Curso	Disciplina	CH/ Disciplina	% da carga horária total do curso
Universidade Estadual de Londrina	UEL	Pública	1973	3000	Oficina de Serviço Social. A Aplicação das TDIC ao Banco de dados	60	2
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	Pública	1986	3512	Oficina de formação profissional III. Recursos de informática e produção de dados estatísticos em Serviço Social	51	1
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC	Privada	1945	3204	Tecnologia da Informação 1 e 2	72	2
Faculdade Metropolitana de Maringá	UNIFAMMA	Privada	2009	3600	Tecnologia da Informação	40	1
Centro Universitário de Maringá	UNICESUMAR	Privada	2014	3528	Oficina III. Fundamentos de informática	N/I	0
Centro Universitário Autônomo do Brasil	UNIBRASIL	Privada	2005	3000	Informática Instrumental	N/I	0
Faculdade Centro Oeste	FACEOPAR	Privada	2009	3528	Informática Instrumental	36	1
Faculdade de Tecnologia de Curitiba	FATEC	Privada	2015	3200	Informática Aplicada I e II	N/I	0
Faculdade Guaiaca	FAG	Privada	2006	3056	Informática Aplicada ao Serviço Social	72	2

Fonte: o autor (2016).

#### 4 ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DOS DADOS COLETADOS

O estudo exploratório propiciou uma primeira aproximação com a questão da formação em Serviço Social no estado do Paraná e, em especial, com o ensino sobre TDIC nas matrizes curriculares das Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem essa formação, sejam elas públicas presenciais, privadas presenciais ou de ensino a distância. Independente da modalidade de oferta da graduação, constatou-se que o Estado conta hoje com mais de 50 cursos distribuídos pelo seu território.

Quando se dividiram por categorias as IES que oferecem as graduações no estado do Paraná, constatou-se que o número de cursos na modalidade privado-presencial chega a 280%, ou seja, bem superior (28) àqueles ofertados pelas instituições públicas presenciais (10). O fato confirma a preponderância do ensino privado em relação ao público. Essa situação, porém,

se adensa muito mais quando comparada com o número de cursos ofertados na modalidade a distância.

A quantidade de instituições de ensino que oferecem a graduação em Serviço Social na modalidade a distância é 50% menor (14) do que a das IES de cunho privado-presencial (28), e 71% maior do que a das IES públicas (10). A formação em Serviço Social na modalidade a distância, todavia, chega a 19% (77) dos 399 municípios que compõem o território paranaense. Há, portanto, preponderância da oferta do ensino privado a distância em detrimento de semelhante oferta pela área pública ou privada presencial.

Nesse cenário, os números encontrados levam a refletir sobre o significado da formação superior no Estado. A liderança da iniciativa privada em sua condução permite acreditar que esse nível de formação está sendo transformado em uma mercadoria a ser “adquirida” no mercado, como qualquer outra. Esse mercado, porém, conta com o apoio do governo para alcançar

os seus intentos, uma vez que a autorização para o funcionamento de tais IES não se dá sem o aval de instituições, como o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Tão preocupante quanto a questão da expansão do ensino em Serviço Social na modalidade a distância é o fato de que tais graduações não possuem em suas matrizes curriculares disciplinas voltadas ao ensino sobre TDIC. Isso aponta para a apropriação, por parte das mantenedoras, de tal modalidade de ensino, em que as TDIC possuem viés instrumental, ou seja, estão a serviço da expansão de seu ensino institucional (modalidade a distância), que é impossível sem a tecnologia, sem, contudo, favorecer a formação e apropriação desse conhecimento tecnológico em seus cursos. Tal situação acaba por favorecer a continuidade de uma formação que, apesar de utilizar as TDIC para o ensino, não qualifica os futuros profissionais para a apropriação desses recursos para o exercício profissional, defesa e gestão dos direitos sociais. Tem-se, assim, um exército de reserva profissional em expansão, mas sem a devida qualificação para o uso das TDIC, perpetuando-se um exército de reserva digitalmente excluído.

Duas outras reflexões advêm do Quadro 7, com a síntese das disciplinas relativas às TDIC ofertadas pelas IES paranaenses. A primeira diz respeito à inserção do ensino e sua correspondência com o percentual a ele dedicado em relação à carga horária total dos cursos. Certamente a qualificação para o uso de recursos em TDIC não se atém apenas a uma questão de carga horária. Outros fatores, tais como infraestrutura, disponibilidade de equipamentos e recursos humanos também tendem a afetar o processo.

Quando, porém, se olha para a carga horária das disciplinas ofertadas e sua correspondência com a carga horária total do curso, percebe-se algo significativo. Tais números representam a desimportância que a profissão vem dando à questão no processo formativo do assistente social, desconsiderando que, na área do Serviço Social, as políticas públicas e sociais têm sido

geridas por meio de sistemas como: SuasWeb<sup>8</sup>, DataSus<sup>9</sup>, Sopia<sup>10</sup>, entre outros.

As informações apresentadas no Quadro 7 também levam a questionar o conteúdo trazido pelas disciplinas que foram identificadas. Em relação àquelas encontradas nas matrizes dos cursos, mais da metade está voltada ao ensino da Informática. As demais se distribuem entre a elaboração de banco de dados e a produção estatística de dados. Tal fato leva a refletir se o conteúdo oferecido se atém exclusivamente à operacionalização de programas para a produção de textos, planilhas e bancos de dados e apresentações, ou se já avançou para outras discussões, como: a ética no uso das TDIC, uso de redes sociais no âmbito do Serviço Social, atendimento *online*, gestão da informação no âmbito da profissão a partir das TDIC, entre outros.

Em relação às IES que oferecem disciplinas para o ensino das TDIC, cabe pensar ainda a articulação destas disciplinas com as demais. Sem dúvida, a presença da discussão na matriz curricular é algo importante. É preciso, todavia, entender e defender que o ensino com as TDIC deve ser transversal, ou seja, atravessar a matriz curricular em sua totalidade, caso contrário haverá uma disciplina isolada, estanque e sem sentido para os estudantes.

Defende-se que a formação do assistente social deve se dar de forma sólida nos três eixos que a fundamentam: o teórico-metodológico, o ético-político e o técnico-operativo. Ademais, entende-se que as TDIC passam a compor o rol de instrumentos do qual dispõe o assistente social para sua intervenção frente à gama de dados e informações geradas no seu cotidiano profissional. Não se trata, porém, apenas de um domínio sobre tais recursos, exclusivo e limitado à gestão dos processos interventivos, mas, sim, de uma apropriação das TDIC para a produção do conhecimento sobre a realidade profissional.

Cabe, portanto, um olhar cuidadoso para o eixo técnico-operativo da profissão, dado que

<sup>8</sup> O SuasWeb é um sistema utilizado no gerenciamento das ações desenvolvidas via Sistema Único de Assistência Social.

<sup>9</sup> O DataSus é um sistema criado para o gerenciamento de dados e informações sobre o Sistema Único de Saúde.

<sup>10</sup> Dados sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente são sistematizados junto ao Sistema de Proteção para a Infância e Adolescência (Sopia).

hoje se conta com recursos até então impensáveis para a intervenção profissional. Nesse sentido, o debate sobre a inserção da discussão e as oficinas que qualifiquem para o uso das TDIC deve ser trazido à baila a fim de compor a agenda dos debates de instâncias tais como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Silenciar ou mesmo acreditar que a temática tenha apenas um caráter transversal é contribuir para a exclusão digital dos futuros profissionais. O não reconhecimento das múltiplas possibilidades que as TDIC podem vir a oferecer para a profissão tende a alimentar o ciclo da exclusão: o professor não conhece e não opera com tais artefatos; o aluno desconhece a importância de tais recursos para seu exercício interventivo; e o futuro profissional ignora como poderia utilizá-los em suas atividades no campo sócio-ocupacional.

## CONSIDERAÇÕES

Neste estudo de cunho exploratório buscou-se coletar e sistematizar dados sobre a introdução de disciplinas voltadas às TDIC nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social oferecidas no estado do Paraná. De cunho qualitativo, a pesquisa pautou-se em informações disponíveis *online* na base de dados do MEC, o e-Mec, e nos sites das IES que ofertam graduações em Serviço Social no Estado.

Conforme apontado pela revisão de literatura, o profissional de Serviço Social é convidado a refletir e a introduzir as TDIC em seu cotidiano pessoal e profissional, que tem sido impactado sobremaneira por tais tecnologias. No contexto da profissão, as TDIC têm alterado as práticas, levando-a a abrir-se para o mundo digital, apropriar-se e utilizar as TDIC tanto nos processos de formação quanto nos de atuação técnica.

A finalização deste estudo exploratório suscitou outras questões, as quais devem ser colocadas no horizonte para estudos futuros de modo a realizar novas aproximações com a temática. Um primeiro aspecto que merece ser explorado futuramente diz respeito aos resultados alcançados pelas disciplinas ofertadas. Importante saber se tais saberes se multiplicaram, e se os alunos passaram a fazer uso dos conhecimentos

adquiridos em outras disciplinas ao longo da graduação.

Outra questão a ser considerada diz respeito ao conteúdo, ou seja, ao programa oferecido pelas disciplinas encontradas. Esse programa tem se limitado a capacitar o uso técnico, como dos editores de texto e/ou planilhas, ou aponta caminhos para o uso desses recursos na produção de conhecimento nos processos interventivos da profissão? De que modo os subsídios oferecidos pelas disciplinas estão apontando possibilidades para otimizar os recursos citados e tantos outros a serviço da profissão, dos usuários, das comunidades?

Merece atenção, também, o modo de inserção da disciplina na matriz curricular. Afinal, de que maneira ela foi ali inserida? Que tipo de debate levou à inserção de tal matéria? A sua inclusão foi algo que ocorreu pelo reconhecimento por parte do grupo de professores sobre a importância de tal conhecimento na formação dos futuros profissionais, ou foi uma iniciativa isolada de um ou mais docentes? Essas questões podem dizer muito sobre a leitura que os grupos têm feito sobre as TDIC.

Defende-se que a apropriação teórica, ética e operativa em relação às TDIC no âmbito do Serviço Social deve se dar nos espaços de formação. Neles, os professores passam a ter um papel preponderante e as possibilidades que as TDIC oferecem para os processos formativos podem vir a ser múltiplas. Cabe, contudo, saber como os docentes têm utilizado tais recursos nos processos educacionais do Serviço Social.

Afinal, como os professores se prepararam para o uso das TDIC, o que conhecem e como têm utilizado tais recursos são questões que levam a dar sequência aos estudos envolvendo Serviço Social e TDIC.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, 2011.

BELLUOMINI, Ellen. Technology Changing the Face of Social Work. **The New Social Worker: the social worker career's magazine**, v. 20, n. 2, dez. 2013. Disponível em: [http://www.socialworker.com/the\\_new\\_social\\_worker\\_print\\_edition](http://www.socialworker.com/the_new_social_worker_print_edition). Acesso em: 31 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. e-Mec. 2016. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 8 abr. 2016.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 10, p. 5-10, 2007. Disponível em: [https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess\\_\\_10\\_](https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__10_). Acesso em: 13 jan. 2020.

COLMÁN, Evaristo; TOSCAN, Franciele. Tecnologias de informação, processos de trabalho do assistente social e formação profissional. **Serviço Social em Revista**, v. 5, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v5n2.htm>. Acesso em: 31 jul. 2014.

DAGNINO, Renato. O pensamento latino-americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS) e a obra de Andrew Feenberg. In: NEDER, Ricardo T. (Org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2010. p. 25-48.

FEENBERG, Andrew. O que é filosofia da tecnologia? In: NEDER, Ricardo T. (Org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. 2. ed. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2013. p. 51-64.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O projeto profissional. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 222-233.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**; trad. De José Paulo Netto. – 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NEDER, Ricardo T. (Org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2010.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. **Revista Inscrita**, Brasília, ano VII, n. 10, p. 37-40, nov. 2007.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço social e Saúde: trabalho e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 141-160.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 2. p. 1- 531.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Limites e possibilidades históricos do projeto ético-político. **Revista Inscrita**, Brasília, ano IX, n. 12, p. 41-48, 2009.

VELOSO, Renato. **Serviço Social, Tecnologia da Informação e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

YOUNG, Jong Kim. New Information Technology and Social Work Education in South Korea. **The International Journal of Continuing Social Work Education**, v. 2, n. 1, p. 35-37, 1999. Disponível em: <http://www.profdevjournal.org/articles/21035.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2014.